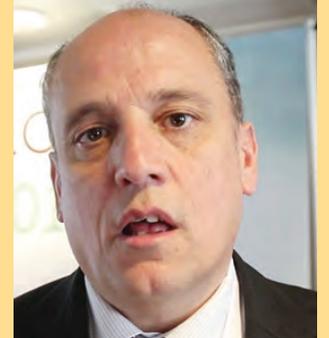
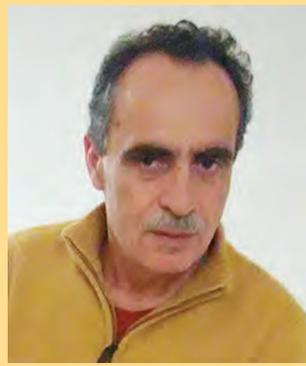


Em ano de eleições europeias e legislativas 10 especialistas elegem as medidas que o Governo não pode "deixar na gaveta" em 2019

Págs. IV e V



Editorial

Destaques

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



"AgroVida": cinco anos a conquistar leitores

Cinco anos.

A edição de janeiro do "AgroVida" que o leitor folheia em papel ou lê no ecrã marca o arranque do quinto ano ininterrupto de publicação, no jornal "Vida Económica", deste suplemento mensal. Ele é expressamente dedicado a um dos setores mais nobres, estratégicos e exportadores da economia: a agricultura e a indústria agroalimentar.

É certo que não falamos de uma criança. Mas é justo estabelecer aqui algum paralelismo com o estágio de desenvolvimento de um humano da mesma idade que, aos cinco anos, já se reconhece como ser independente, com personalidade própria e distinta e é portador de uma autoconsciência que lhe confere sentido de autocritica, individualidade e autoconfiança.

O "AgroVida" ter chegado aqui significa,

pois, muito. Mas, simultaneamente, muito pouco.

Muito, pelos caminhos que tivemos de desbravar e pelas 'toneladas de pedra' que foi preciso partir para pôr de pé e afirmar todos os dias junto deste setor a marca de um produto jornalístico único e diferenciador em Portugal, que mais nenhum jornal nacional, económico ou generalista, impresso ou digital, ousa publicar de forma regular.

Muito pouco, porque é fundamental saber relativizar e perceber que este é apenas um tiro de partida para um percurso que queremos mais longo e mais sólido, mas cuja execução diária é árdua e com futuro incerto. E que vai ser necessário trabalhar muitíssimo para continuar a conquistar e fidelizar leitores, 'online' ou nesse formato distinto e perene que é o papel. No fundo, para continuar a merecer a credibilidade, a confiança e a deferência dos agricultores, das empresas, das universidades e politécnicos, das várias associações setoriais e da classe política.

No meio da aridez, superficialidade e volatilidade que grassa por aí e das ameaças tremendas ao Jornalismo e à informação

exigente e de qualidade, reafirmamos o nosso compromisso: não nos apoiamos em 'fake news', em escândalos ou populismos. Nem enveredamos pelo facilitismo do 'déjà vu' ou pelas réplicas acéfalas para encher páginas de jornais.

Vamos ao terreno e à raiz dos problemas, falamos, pesquisamos, analisamos, cruzamos fontes e pontos de vista, registamos múltiplas opiniões, alicerçamos o nosso trabalho na diversidade dos factos, no rigor e na objetividade dos acontecimentos. Tudo para construir e levar até si, aqui, uma vez por mês em papel, ou todos os dias na página de Facebook "AgroVida", informação credível, objetiva, especializada e útil.

2019 vai ser um ano marcante para a UE e para Portugal. Já no pós-'Brexit', votamos para as Europeias a 26 de maio e para as Legislativas a 6 de outubro. Teremos, pois, um novo Parlamento Europeu, uma nova Comissão Europeia e um novo Governo e os desafios, também para a Agricultura, serão, até lá e de lá para diante, mais do que muitos.

Que seja um ano próspero e inspirador para todos!

Reduzir em 50% o número de bovinos em Portugal até 2050 é "um absurdo"

Págs. II e III

ENTREVISTA
Ondina Afonso, a nova presidente da Comissão Alimentar do EuroCommerce

Pág. VI

Empresários agrícolas que tratam mal os trabalhadores têm mais dificuldade de angariar mão de obra

Pág. VIII

MINISTRO DO AMBIENTE ESTÁ LONGE DE CONSEGUIR CONSENSO QUANTO À MEDIDA PREVISTA NO ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA

Reduzir em 50% o número de bovinos em Portugal até 2050 é “um absurdo”

“Um absurdo”. “Descabida”. O ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, está debaixo do fogo das críticas dos empresários agrícolas, agroindustriais e, em particular, dos ligados à produção animal, a propósito da medida constante no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) que prevê a redução da produção nacional de bovinos entre 25% e 50% até 2050.

A “Vida Económica” foi ao terreno e ouviu as principais associações do setor. O sentimento é unânime: a proposta revela “falta de conhecimento da realidade da agricultura portuguesa”. E nem mesmo dentro do Governo há unanimidade. O secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas, diz que “a componente animal é absolutamente essencial” e pediu ao Ministério do Ambiente “visão do sistema agrário”. E o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, foi taxativo: “não me parece que a descarbonização se vá resolver à custa dos bovinos de carne”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A neutralidade carbónica da economia portuguesa é uma das prioridades do Governo. O Primeiro-Ministro, António Costa, defendeu-a na Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, em Marraquexe (COP22), em 2016, e assumiu o compromisso político de atingir até 2050, posicionando o país entre os que assumem a liderança no combate às alterações climáticas e o apoio ao Acordo de Paris.

Mas as vias para lá chegar no que à

“Portugal é um país com 16 raças autóctones de bovinos, 16 de ovinos, seis de caprinos, seis de equídeos, quatro de galináceos e três de suínos”. É, portanto, “um país com uma diversidade de recursos genéticos pecuários fora do normal”

agricultura diz respeito geraram uma onda de críticas, mesmo dentro do Governo. Capoulas Santos demarcou-se por completo da proposta de RNC 2050 apresentada pelo Ministério do Ambiente, em consulta pública até ao fim de fevereiro. E reiterou à “Vida Económica” o que havia dito em dezembro na Audição Regimental na Comissão de Agricultura e Mar, no Parlamento: “A agricultura é o setor que mais fixa carbono, mas contribui também com 10% para as emissões”, pelo que “temos de ter em conta que dos 10% apenas 2,5% dizem respeito aos ruminantes” e, deses, “1,5% diz respeito aos bovinos de carne”. Portanto, “não me parece que a descarbonização da sociedade portuguesa se vá resolver à custa dos bovinos de carne”, disse o ministro da Agricultura aos deputados.

E entre ex-governantes também houve quem se manifestasse contra. Num depoimento enviado à “Vida Económica” a propósito das medidas governativas que devem ser tomadas em 2019 (ver páginas 4-5 deste suplemento), Nuno Brito, ex-secretário de Estado da Alimentação e docente da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), foi lapidar. Diz que são precisas “outras prioridades”, como “a do impacto do pla-

no das alterações climáticas”, mas “valorizando uma perceção de agricultura (onde tem lugar a pecuária) amiga do ambiente, fomentadora de coesão territorial e social, e não a protagonista nacional dos efeitos nocivos para o clima”.

CAP: redução da produção de bovinos teria um “impacto muito significativo na produção de derivados de leite, queijo, iogurtes”

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) foi das primeiras associações do setor a reagir. Manifestou “surpresa e oposição” em relação às propostas de Matos Fernandes, que diz demonstrarem “falta de conhecimento da realidade da agricultura portuguesa”. Tanto mais porque “a produção de

responde a um importante património genético da produção de bovinos em Portugal”, diz a CAP. Aliás, lembra a Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica (APEZ), “Portugal é um país com 16 raças autóctones de bovinos, 16 de ovinos, seis de caprinos, seis de equídeos, quatro de galináceos e três de suínos”. É, portanto, “um país com uma diversidade de recursos genéticos pecuários fora do normal”. Mais: Portugal “considerou as ‘cabras saporadas’ como uma inovação e mais-valia na limpeza de matos e floresta”, pelo que as declarações do ministro do Ambiente “colocam em causa todas estas características”, bem como “algumas das políticas defendidas e praticadas pelo Ministério da Agricultura”, como o “objetivo de autoaprovisionamento alimentar e o equilíbrio da balança agrícola” até 2020.

CONFAGRI: “Ministro do Ambiente ataca frontalmente a produção nacional e a vida no mundo rural”

A CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal e as suas associadas FENALAC (leite) e FENAPÉCUÁRIA (produção pecuária) também se insurgiram contra o ministro do Ambiente. Acusaram-no de afirmações “descabidas” e de “atacar frontalmente a produção nacional e a vida no mundo rural” e de “questionar a política comercial europeia, nas suas negociações internacionais, nomeadamente com o Mercosul,

em que a produção bovina europeia tem sido fortemente defendida pelos negociadores da União Europeia”.

Quando à produção de leite, diz a CONFAGRI que “Portugal tem cerca de 5000 produtores, com um efetivo de 240 mil animais e cuja produção de leite vale atualmente 700 milhões de euros”. A isto acresce a circunstância de o país dispor de “uma fileira láctea cujo valor ascende a dois mil milhões de euros/ano e que mantém cerca de 50 mil postos de trabalho, sendo responsável por exportações no valor de 280 milhões de euros”, o que faz de Portugal um país “autossuficiente” no consumo de leite.

Assim, “as teses do ministro do Ambiente, a serem aplicadas, seriam o descalabro e a morte de parte do nosso mundo rural”, pelo que apelam a decisões políticas baseadas em “bases científicas e não em tiradas políticas sem qualquer suporte”.

APROLEP: “reduzir 50% o número de bovinos até 2050 parece-nos absurdo”

O aquecimento global é “um problema” que “preocupa” a APROLEP - Associação dos Produtores de Leite de Portugal. Aliás, a Associação, liderada por Jorge Oliveira, “está consciente” de que “a agricultura é a primeira atividade a sofrer com as alterações climáticas”, o que deveria levar os responsáveis políticos a discutir “com seriedade, ponderação, espírito crítico, mas aberto”, todos os números e propostas.

Mas uma coisa é certa: “apontar para a necessidade de reduzir em 50% o número de bovinos até 2050 parece-nos absurdo”, diz a APROLEP, questionada pela “Vida Económica”. Para mais “quando os ruminantes representam apenas 2,5%

“As teses do ministro do Ambiente, a serem aplicadas, seriam o descalabro e a morte de parte do nosso mundo rural”. São precisas decisões políticas assentes em “bases científicas e não em tiradas políticas sem qualquer suporte”

das emissões de carbono e os bovinos de carne 1,5%”. Ou seja, “estamos a discutir uma árvore na floresta, focando a atenção num detalhe, esquecendo o principal, esquecendo os custos ambientais de importação de alimentos e as externalidades positivas da agropecuária”.

A Associação divulgou, aliás, na última semana, um comunicado a desafiar as empresas da distribuição alimentar a assegurarem aos produtores um preço mínimo de 37 centimos/litro de leite e a apelarem à indústria para que “transforme e valorize mais o leite português para reduzir importações” e lembrou o já “significativo abandono” da produção, sobretudo no continente. “A cada ano que passa Portugal perde produtores”. Em agosto de 2018, dizem, “já só éramos 4578, menos 200 que há um ano atrás”.

Para a APROLEP, “a produção animal não existe isolada da terra”, porque “quem produz carne e leite cultiva plantas para alimentar os animais e essas plantas captam dióxido de carbono”. É, pois, “preciso contabilizar todo o ciclo e fazer o balanço”.

Além do mais, “a produção de leite tem vindo a aumentar o seu grau de eficiência, produzindo o mesmo leite com menos animais”, pelo que os produtores acreditam que já estão “a contribuir para a redução da pegada de carbono do leite e carne” produzidos.

IACA: “uma estratégia completamente desadequada em termos de estratégia a seguir”

A IACA - Associação dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais também é crítica. Ressalta que “esteve presente” na sessão de apresentação do RNC 2050 e que “participou em alguns ‘workshops’ na parte relativa às estratégias e cenários para o setor agroalimentar”. Mas faz questão de dizer que “não deixa de ser preocupante a metodologia que acabou por ser seguida e os cenários traçados”, tudo “sem qualquer consulta prévia aos chamados ‘stakeholders’, antes da apresentação da proposta ‘final’ (em consulta pública até fim de fevereiro).

Por outro lado, diz a IACA, a proposta

para o setor dos bovinos, de uma redução dos efetivos entre 25% e 50% no cenário extremo, é “completamente desadequada em termos de estratégia a seguir, porque empobrece o país, cria maior desemprego e coloca em causa o desenvolvimento sustentável deste setor”.

Em declarações à “Vida Económica”, Jaime Piçarra, diretor-geral da IACA, diz que a medida, se for por diante, “acaba, pelo seu irrealismo, por chamar a atenção de todos nós para o que está a ser feito pela APA, e para a necessidade de uma maior interligação entre as autoridades, designadamente o ambiente e a agricultura, e os parceiros da fileira”.

A Associação considera, pois, “enquanto representantes da alimentação animal, que também é importante para a mitigação das emissões, para além do impacto económico – particularmente gravoso –, o estudo, para que não se desconheça o que estamos a fazer nesta matéria e desde há muito tempo”.

Consciente do “impacto ambiental” do setor e da “responsabilidade perante os desafios societais”, a IACA realça que a sua visão está “alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas”, mas, ao mesmo tempo, alerta: no caso da alimentação animal, a aplicação da proposta do RNC 2050 de redução em 50% dos efetivos “conduziria a uma perda de uma produção de 400 mil toneladas, arrastando muitos outros setores fornecedores de matérias-primas e produtos para a alimentação animal”. No final, diz Jaime Piçarra, “teríamos de importar a carne de que necessitamos (e temos já uma dependência de 45%), para além do leite”.



Governo cria grupo de trabalho para avaliar riscos das alterações climáticas

O Governo criou, em finais de dezembro, um grupo de trabalho de gestão de riscos, que tem como missão fazer um balanço da aplicação dos instrumentos de gestão de riscos da natureza dos instrumentos de apoio e do seu âmbito de atuação decorrentes de fenómenos climáticos adversos em Portugal. A criação deste grupo de trabalho está regulamentada pelo Despacho n.º 12263/2018, de 19 de dezembro.

O Ministério da Agricultura considera que, com a aproximação do período de programação pós-2020, “importa fazer um balanço da aplicação dos instrumentos de gestão de riscos em Portugal e perspetivar o futuro da aplicação destes instrumentos de estabilização de rendimentos”.

No futuro, o exercício a desenvolver “deve nortear-se por princípios fundamentais, como a minimização,

tanto quanto possível, da incerteza no rendimento dos agricultores”, lê-se no preâmbulo do Despacho, fazendo-o “de forma justa e equitativa e promovendo uma utilização rigorosa e eficiente dos recursos orçamentais, nacionais e europeus”, destinados à agricultura, às florestas e ao desenvolvimento rural.

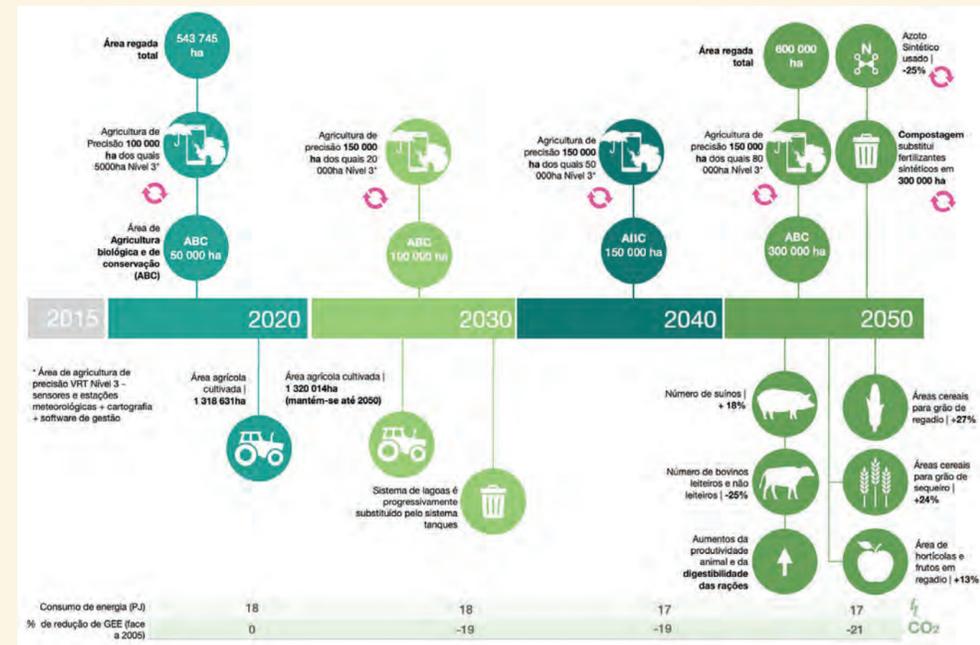
O grupo de trabalho é constituído por um representante do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), que coordena, do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), da Autoridade de Gestão do PDR2020, da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da CONFAGRI e da Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural (CNJ).

bovinos em Portugal é sobretudo efetuada em regime extensivo, com uma contribuição para os gases com efeito de estufa substancialmente inferior à dos sistemas de produção intensivos praticados em outros países”. Aliás, ao contrário do que querem fazer crer, “as pastagens biodiversas no nosso país contribuem precisamente para a fixação do carbono da atmosfera”, diz a CAP.

Por outro lado, “uma redução da produção de bovinos teria um impacto muito significativo na produção de derivados de leite, queijo, iogurtes, entre outros produtos, os quais iriam também aumentar as importações nacionais e comprometer o nosso crescimento económico”, diz a Confederação liderada por Eduardo Oliveira e Sousa.

E há outro dado. “Existe há mais de 30 anos uma política europeia de preservação das raças autóctones, que cor-

A transição para a Neutralidade Carbónica 2050 no setor da agricultura



FONTE: Ministério da Ambiente e da Transição Energética – Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

Em ano de eleições europeias e legislativas, quais as medidas que o Governo não pode mesmo deixar na gaveta em 2019?

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Este vai ser um ano marcante para a União Europeia (UE). Theresa May, primeira-ministra britânica, fixou a semana de 14 de janeiro para a votação final do acordo do 'Brexit' pela Câmara dos Comuns e o mais certo é que, com ou sem acordo, a UE se verá reduzida a 27 Estados-membros a partir do segundo trimestre de 2019. E é neste cenário, ainda a ressarcar do 'Brexit', que o Parlamento Europeu vai a votos, sendo que, no nosso país, votamos para as Europeias a 26 de maio.

Em Portugal também vamos ter um novo Parlamento e um novo Governo. O fim da legislatura e de um Executivo apoiado na 'geringonça' levará os portugueses às urnas para eleições legislativas, que o Presidente da República já agendou para 6 de outubro. Cientes disso, pedimos a 10 figuras relevantes da agricultura, do setor agroalimentar e da Academia para identificarem aquela(s) medida(s) que, em seu entender, o Governo não pode deixar de executar antes de terminar o mandato. Ei-las, para reflexão.

“O mais urgente é pôr a funcionar o sistema judicial. É transversal a todos os setores e é seguramente o maior entrave ao bom funcionamento de uma empresa. É também premente obrigar quem tem vinhas abandonadas a arrancar ou tratar. São incubadoras de doenças, que prejudicam toda a região e, em especial, os vizinhos, obrigando-os a efetuar mais tratamentos que resultam em maiores custos económicos e ambientais. As vinhas abandonadas não deviam ter direito a benefício. Por outro lado, para atingir a neutralidade carbónica em 2050, o Governo deve estimular e não limitar as empresas na adoção das medidas e investimentos necessários. E devia priorizar e acelerar o planeamento e investimento nas infraestruturas das cidades para aliviar o trânsito causado pelo maior número de turistas e pessoas a viverem no centro das ci-



ADRIAN BRIGDE
CEO da Taylor's (The Fladgate Partnership)

“Os contextos socioterritoriais das áreas fustigadas por incêndios florestais (matos, em muitos casos) não apresentam um padrão único, embora se lhe associe a rarefação do povoamento, o envelhecimento demográfico, a micropropriedade e o papel residual da economia da floresta no rendimento das famílias. A má qualidade dos solos e o preço muito baixo do eucalipto não remuneraram a limpeza da floresta, exceto na produção mecanizada, com dimensão e em solos facilmente trabalháveis. Não havendo retirada de touças, o eucalipto prolifera, misturando-se com a mata espontânea e favorecendo uma ecologia do fogo. Assim, se o risco de incêndio se pode verificar numa grande diversidade de situações, não existe outra forma que não seja a de aproximar as políticas e estratégias dos contextos locais municipais e intermunicipais”.



ÁLVARO DOMINGUES
Geógrafo e professor na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

“Um dos problemas que mais afetam e preocupam a nossa indústria é a 'burocracia' das nossas alfândegas, quer seja no que respeita à importação da matéria-prima indispensável à laboração das empresas (exigência de pagamento de 23% de direitos aduaneiros), quer seja na exportação de conservas, sendo que o mesmo não se passa nos outros países da União Europeia, e, nomeadamente, na nossa vizinha Espanha. Com este tipo de atuação retira-se competitividade às nossas empresas em relação às congéneres europeias, e, designadamente, em relação às congéneres espanholas. Em 2017 exportaram-se 44.247,5 toneladas de conservas de peixe, no valor de cerca de 220 milhões de euros. De janeiro a setembro de 2018, exportaram-se 34.180,2 toneladas de conservas de peixe, no valor de cerca de 179 milhões de euros”.



CASTRO E MELO
Secretário-geral da Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe (ANICP)

“O futuro da agricultura passa pela formação, investigação e inovação. Numa época marcada pela convergência das tecnologias digitais, físicas e biológicas, a quarta revolução industrial, a que se somam questões decisivas à escala planetária, como a sustentabilidade ambiental, a economia circular, as alterações climáticas e pandemias, a par das necessidades alimentares decorrentes do aumento de população mundial, o conhecimento assume maior relevância. É fundamental combinar os aspetos produtivos com a preservação ambiental, assumindo particular papel a agricultura de precisão, novos instrumentos tecnológicos e modelos de reciclagem, a par da redução do impacto de pragas e agentes patogénicos face às alterações climáticas. A inovação deve envolver a segurança alimentar e a relação dieta-saúde, modelos inovadores no agronegócio, potenciando a criação de emprego, crescimento económico e a fixação de população em territórios de baixa pressão demográfica”.



ANTÓNIO FONTAINHAS FERNANDES
Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

“O agroalimentar é, hoje em dia, um setor estratégico nacional. A agricultura portuguesa sofreu profundas alterações nos últimos anos, nomeadamente ao nível da reestruturação fundiária e da modernização tecnológica, permitindo a obtenção de produtos de excelência, que os consumidores têm vindo a valorizar. Apesar desse esforço, os produtos tradicionais portugueses (DOP e IGP) enfrentam vários constrangimentos, sobretudo no que concerne ao fraco reconhecimento do mercado para a especificidade destes produtos, excetuando o caso do vinho. Urge, assim, criar uma Estratégia de Valorização dos Produtos Tradicionais Portugueses, como forma de potenciação da sua especificidade, garantindo a preservação deste tipo de produções, que tem um enorme impacto socioeconómico no território nacional”.



FRANCISCO ATAÍDE PAVÃO
Administrador da Casa de Santo Amaro (azeites) e presidente da Associação dos Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro (APPITAD)

“A promoção do investimento na Agricultura e no Agroalimentar deve ser um eixo prioritário de todos os governos e não se pode padecer com burocracias, atrasos, captividades, ineficiências. Este deverá ser, pois, um campo de indispensável atenção e correção em 2019, que permita um retomar de esperança pelo setor. Outras prioridades: o impacto do plano das alterações climáticas, valorizando uma perceção de agricultura (onde tem lugar a pecuária) amiga do ambiente, fomentadora de coesão territorial e social e não a protagonista nacional dos efeitos nocivos para o clima. Depois, retomar a alimentação como eixo prioritário, em particular na promoção de dietas saudáveis, na defesa da qualidade e segurança alimentar, da valorização do agroalimentar e da sua internacionalização, promovendo e não taxando os produtos nacionais.



NUNO VIEIRA E BRITO
Ex-secretário de Estado da Alimentação e docente da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC)

“Numa altura em que o país tem um grau de autoaprovisionamento em cereais dos mais baixos da Europa, em que o setor atravessa uma das suas crises mais sérias de sempre, fruto dos baixos preços pagos à produção, a aprovação por parte do Governo da Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais é um motivo de regozijo. Recordo que o objetivo desta Estratégia é atingir, num horizonte de cinco anos, um grau de autoaprovisionamento em cereais de 38%, correspondendo 80% ao arroz, 50% ao milho e 20% aos cereais praganos. É, pois, fundamental que em 2019 o Governo implemente as 17 medidas propostas no documento, sob pena de se perder uma oportunidade única de o nosso país voltar a garantir a sua soberania alimentar ao nível dos cereais”.



TIAGO SILVA PINTO
Secretário-geral da ANPROMIS - Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo

“Queria ver o reconhecimento da importância da Alimentação e do Agroalimentar na economia e na saúde pública. O pequeno relevo que, em Portugal, é dado a este 'pelouro' do Estado quando o mesmo é 'arrumado' numa secretaria de Estado da Agricultura, evidencia bem a distância a que estamos dos países mais desenvolvidos da Europa (França, Alemanha, Reino Unido, Itália ou Espanha), que fazem questão de associar ao nome Ministério de Agricultura a expressão "... e Alimentação”.

A mensagem de abertura do site do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação espanhol é, a esse título, elucidativa. Mas estou certo que, com o exigível relevo e importância, o Estado português compreenderá o quanto urge uma estratégia para a alimentação e para o agroalimentar, transversal aos ministérios da Educação, da Saúde, da Agricultura e das Pescas, bem como para a sua internacionalização”.



JOÃO MIRANDA
CEO da Frulact

“O Governo deve implementar duas medidas essenciais em 2019. 1) Concretizar as reformas administrativas para o Douro recomendadas no exaustivo estudo da UTAD 'Rumo Estratégico para o Setor dos Vinhos do Porto e Douro', de setembro 2018, e encomendado pelo próprio Estado. São reformas urgentes antes que as distorções evidentes e até gritantes que se verificam no mercado, que permitem que os vinhos do Douro sejam vendidos aos mesmos preços dos mais baratos do mundo, façam ainda mais estragos na imagem dos vinhos do Douro e na própria economia regional. 2) Proteger tanto quanto possível o acesso dos vinhos portugueses ao mercado britânico pós-'Brexit'. O Reino Unido foi o segundo mais importante mercado no mundo em valor de importações de vinho, em 2017 (4,1 mil milhões de dólares), somente atrás dos EUA e bem à frente da Alemanha (2,9 mil milhões) e da China (2,8 mil milhões)”.



PAUL SYMINGTON
CEO Symington Family Estates

“A DOC Vinho Verde é uma das poucas no mundo que não tem na designação um topónimo. Muitos afirmam que é um vinho "único" no mundo, provavelmente desconhecendo o que significa, por exemplo, o nome da mais conhecida casta branca austríaca: Gruner (=verde) Veltliner. A região tem de decidir se quer ser comparada ao Lambrusco ou aos citados austríacos. A aposta tem que ser no valor. Mas em que ancorar o valor? A criação de um selo para a sub-região de Monção-Melgaço foi um bom exemplo. Será replicável? Será possível criar outra designação para os vinhos que se posicionam de forma diferente, à semelhança da Toscana, onde os 'Toscana' são uma alternativa de valor aos 'Chianti'? Temos ainda uma região a duas velocidades e com dois tipos de vinhos muito diferentes, onde a existência de gás (adicionado), teor alcoólico mais reduzido e preços baixos marcam o estilo tradicional. Mas será que aos novos vinhos lhes bastará ser 'vinho verde', com indicação da sub-região, para o consumidor perceber a diferença? Não será necessário um elemento diferenciador mais evidente, um elemento visual comum a essa nova categoria? Esse é o grande desafio”.



PAULO MATOS GRAÇA RAMOS
Professor universitário e produtor de vinho verde

ONDINA AFONSO, A NOVA PRESIDENTE DA COMISSÃO ALIMENTAR DO EUROCOMMERCE, EM ENTREVISTA

EuroCommerce: "É essencial trabalhar próximo da produção e da indústria"

Ondina Afonso é a nova presidente da Comissão Alimentar do EuroCommerce, designada pela Sonae MC. Trata-se da principal organização europeia que representa os setores grossista e do retalho, os quais, por sua vez, empregam 29 milhões de pessoas e fazem a ponte entre produtores e 500 milhões de consumidores europeus.

Em entrevista à "Vida Económica", a diretora de Qualidade e R&D da SONAE MC e presidente do Clube de Produtores Continente fala de "uma agenda ambiciosa", mas considera "essencial" trabalhar "próximo da produção e da indústria, numa ótica de parceria estratégica". E, em ano de eleições para o Parlamento Europeu, Ondina Afonso não tem dúvidas: é preciso "apresentar aos responsáveis políticos europeus as mensagens certas" sobre estes setores, para que a sua tomada de decisão seja "informada".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Foi nomeada Presidente da Comissão Alimentar da EuroCommerce. Como encara este desafio, tendo em conta que esta estrutura compreende seguramente 'players' de muita relevância na área do retalho alimentar?

Ondina Afonso – Antes de mais, é para mim uma honra servir esta comissão. Além disso, considero ser uma grande oportunidade colocar agora toda a minha experiência acumulada ao serviço de uma entidade onde estão reunidos

VE – Agora, quais são as suas prioridades daqui por diante?

AO – Existe uma grande variedade de temas na agenda desta comissão: segurança alimentar, informação ao consumidor, sustentabilidade, nutrição e saúde, qualidade dos alimentos. Todos são muito importantes. É claro que alguns são mais falados, como por exemplo a relação entre alimentação e a saúde ou o desperdício alimentar. Mas todos os temas são prementes, e o setor retalhista está empenhado em endereçá-los. Que-



Ondina Afonso, diretora de Qualidade e R&D da SONAE MC e presidente do Clube de Produtores Continente.

ro também apostar na inovação, que nos permitirá levar sempre mais qualidade e confiança aos nossos clientes.

VE – Mas que tarefas lhe parecem mais prementes?

AO – Uma vertente muito importante

"O reforço do abastecimento à distribuição pela produção nacional, numa perspetiva de garantia de conhecimento da origem dos produtos agroalimentares, será inequivocamente uma grande contribuição para a prevenção de crimes alimentares"

dos grandes retalhistas alimentares europeus, esperando aportar assim um contributo positivo aos desafios que temos diante de nós. Será uma grande responsabilidade procurar construir posições comuns entre os membros da comissão. Estou também muito motivada para dar contributos fundamentais à consolidação da estratégia europeia no que respeita à sustentabilidade da cadeia alimentar, da produção ao consumidor – o que também é uma preocupação comum a todos os 'players' que têm assento nesta entidade. É, por isso, essencial trabalharmos próximos da produção e da indústria, numa ótica de parceria estratégica, por forma a responder aos desafios que a sociedade coloca. Assim, a valorização da origem dos produtos, a garantia da segurança alimentar e uma oferta de produtos saudáveis são temas que vou trabalhar, em estreita colaboração com todos os membros do Eurocommerce.

do meu trabalho enquanto presidente da comissão alimentar da EuroCommerce será dar continuidade aos temas que já referi e garantir o correto acompanhamento dos processos legislativos e regulamentares em curso, como por exemplo os controlos oficiais e outras atividades que visam assegurar a execução da legislação aplicável na cadeia agroalimentar. Outra dimensão importante do trabalho desta comissão é coordenar e assegurar a partilha de informação com entidades como a EFSA (Autoridade Eu-

O EuroCommerce agrega associações nacionais em 31 países e 5,4 milhões de empresas de dimensão multinacional e pequenas empresas familiares. Tem como missão desenvolver a agenda política-legislativa a nível europeu sobre temas como segurança alimentar, informação do consumidor, saúde e nutrição, sustentabilidade alimentar e qualidade dos alimentos

ropeia para a Segurança dos Alimentos) para apoiar a correta identificação e mitigação de riscos alimentares emergentes. E, ainda, monitorizar desenvolvimentos nos vários Estados-membros em matéria não regulamentada, como o semáforo nutricional, para identificar tendências e boas práticas.

VE – E com que meios financeiros e humanos vai poder contar para trabalhar?

AO – É uma agenda ambiciosa. E levá-la avante seria impossível sem o apoio do secretariado do EuroCommerce e dos recursos internos da SONAE.

VE – Em 2019 haverá eleições para o Parlamento Europeu, a que se seguirá a designação de uma nova Comissão Europeia. Que responsabilidade acrescida é que há aqui?

AO – O ano de 2019 será um ano de transição na União Europeia, com o início de uma nova legislatura no Parlamento Europeu e uma nova Comissão Europeia. Como sempre, quando se abre um novo ciclo, haverá energia acrescida para olhar para os temas com uma perspetiva fresca, para revisitarmos os nossos objetivos e delinear um plano de ação para os atingir. Acho importante aproveitarmos bem este momento para levar a cabo essa reflexão estratégica, para podermos apresentar aos responsáveis políticos europeus as mensagens certas sobre o nosso setor e, assim, contribuir para que a sua tomada de decisão seja informada e aconteça de forma sustentada e fundamentada.

VE – Um dos temas de que me falou há tempos era a prevenção de crimes alimentares dentro das superfícies comerciais. O que é que, ao nível desta Comissão Alimentar da EuroCommerce, pode ser preparado no sentido de evitar casos desses ou no sentido de definir linhas de orientação para as empresas da área do retalho?

AO – Na minha perspetiva, o reforço do abastecimento à distribuição pela produção nacional, numa perspetiva de garantia de conhecimento da origem dos produtos agroalimentares, será inequivocamente uma grande contribuição para a prevenção de crimes alimentares.

No que respeita à agenda da comissão alimentar do Eurocommerce, iremos trabalhar dois grandes temas: autenticidade e a rotulagem com menção da origem, quer das matérias-primas, no caso de produtos transformados, quer dos produtos agrícolas.

Acordo comercial UE-Japão favorece carne, queijo e vinho

O Acordo de Parceria Económica UE-Japão adotado em finais de dezembro pelo Parlamento Europeu vai criar uma zona de comércio livre que abrangerá 635 milhões de pessoas e quase um terço do total do PIB mundial. Entra em vigor em fevereiro.

É o primeiro de sempre a incluir uma referência explícita ao acordo de Paris sobre as alterações climáticas e eliminará a maior parte dos direitos aduaneiros pagos anualmente pelas empresas da UE que exportam para o Japão (que ascendem a mil milhões de euros), por exemplo sobre muitos queijos, como o Gouda e o Cheddar (que ascendem, atualmente, a quase 30%), bem como sobre as exportações de vinhos (atualmente de 15%, em média).

Por outro lado, vai permitir que a UE aumente substancialmente as suas exportações de carne de bovino e crie novas oportunidades para as exportações de produtos à base de carne de suíno. Em paralelo, deverá assegurar a proteção, no Japão, de mais de 200 indicações geográficas (IG) – produtos agrícolas europeus de elevada qualidade – e a proteção de uma seleção de IG japonesas na UE.

Comércio em Portugal faturou 18,3 mil milhões em 2017

Um estudo do INE publicado a meados de dezembro revela que, em 2017, estavam em funcionamento em Portugal 3496 unidades comerciais de dimensão relevante, das quais 50,6% dedicadas ao comércio a retalho não alimentar e o remanescente ao retalho alimentar.

O volume de negócios destas unidades aumentou 5,5% (+5,1% em 2016), atingindo 18,3 mil milhões de euros. O pessoal ao serviço – 114,6 mil trabalhadores – verificou um crescimento de 4,4% (apenas +1,8% em 2016).

Também em 2017, as empresas de comércio registaram melhorias nos principais indicadores económicos: o volume de negócios (136,9 mil milhões de euros) aumentou 6,9% (após +3,5% em 2016), o valor acrescentado bruto (17,8 mil milhões de euros) cresceu 7,3% (+5,9% em 2016), a margem comercial subiu 6,0% (+4,0% em 2016) e o pessoal ao serviço (768,1 mil trabalhadores) teve um aumento de 2,5% (+1,8% em 2016).

De acordo com a mesma fonte, o comércio grossista destacou-se com um contributo de 49,3% para o volume de negócios total do comércio, cabendo 35,8% ao comércio a retalho e os restantes 14,9% ao setor automóvel.

Universidade de Aveiro investiga a extração de ácido oleanólico a partir de folhas de oliveira

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Da azeitona já todos conhecemos o potencial alimentar e os benefícios nutricionais e para a saúde e o bem-estar. Mas o que talvez os produtores agrícolas não imaginassem é que, além de poderem ser queimadas para gerar energia, as folhas da oliveira podem ser transformadas e, a partir delas, obter-se um ácido com propriedades antioxidantes, anticancerígenas, anti-inflamatórias e antialérgicas.

Uma investigação do CICECO – Instituto de Materiais de Aveiro e do Departamento de Química da Universidade de Aveiro (UA) permitiu descobrir um método de extração sustentável do ácido oleanólico, que está presente em muitas frutas e vegetais, entre eles as folhas da oliveira.

Na UA uma equipa de químicos, em colaboração com a Universidade Tecnológica de Viena (Áustria), desenvolveu um método mais sustentável capaz de extrair este ácido, a pensar nas indústrias farmacêutica e do azeite e que promete dar “um valor acrescentado aos milhares de toneladas de folhas que o país produz todos os anos”.



Ácido oleanólico: o processo desenvolvido na Universidade de Aveiro pode ser utilizado em grande parte das indústrias nacionais que produzam resíduos agroflorestais ou resíduos alimentares.

“O interesse no ácido oleanólico deve-se às suas propriedades benéficas para a saúde humana, nomeadamente as propriedades antioxidantes, anticancerígenas, anti-inflamatórias e antialérgicas, apresentando assim um grande interesse para a indústria farmacêutica”, explica a investigadora Ana Cláudio, que, juntamente

com Emanuelle Faria, Armando Silvestre e Mara Freire, do CICECO – Instituto de Materiais de Aveiro e do Departamento de Química da UA, assina o trabalho.

As folhas de oliveira são um resíduo proveniente da indústria do azeite, uma das indústrias mais relevantes em Portugal e que, ao nível mundial, gera anualmente

cerca de um milhão de toneladas de folhas. Este resíduo é normalmente queimado para gerar energia, já que, para se extrair o ácido oleanólico, “o método até agora existente não é sustentável”, pois recorre à utilização de solventes orgânicos voláteis, muitas das vezes tóxicos e carcinogénicos, explica Ana Cláudio.

Na UA, os investigadores descobriram ser possível extrair o ácido oleanólico com a utilização de soluções aquosas de líquidos iónicos a temperaturas próximas do ambiente. Com isso, substituem a utilização de solventes orgânicos voláteis e as elevadas temperaturas para o efeito.

A investigadora explica que o trabalho surgiu com o “intuito de valorizar este subproduto” através da extração e recuperação de compostos de valor acrescentado presentes nas folhas de oliveira, tais como os ácidos triterpénicos (onde o ácido oleanólico se insere)”.
O processo desenvolvido pode ser

“utilizado em grande parte das indústrias nacionais que produzam resíduos agroflorestais ou resíduos alimentares” e que apresentem na sua composição compostos de valor acrescentado. Apenas é necessário “ajustar as propriedades físico-químicas dos líquidos iónicos utilizados e demais condições operacionais”.

VidaEconómica

Ferramentas essenciais para si ou para a sua empresa.



Marketing Agroalimentar
Paginas: 256
PVP: €17.90



Os Trilhos do Marketing Agroalimentar
Paginas: 195
PVP: €16.60

PACK ESPECIAL
POR APENAS
25€
(IVA INCL.)

NÃO PERCA!

PORTES GRÁTIS*

* Nas encomendas de valor inferior a 20€ acrescem 3€ para despesas de expedição.

<http://livraria.vidaeconomica.pt> ☎ 223 399 400
VidaEconómica R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO

Encomende já:
encomendas@vidaeconomica.pt

Empresários agrícolas que tratam mal os trabalhadores têm mais dificuldade em angariar mão de obra

A empresa de trabalho temporário Multitempo surgiu com alvará em 1986, muito dedicada aos serviços, principalmente à banca, até 1998/1999. Com a expansão, passou a dedicar-se à logística e à indústria, a partir de 2000/2001. Hoje, o seu 'core business' é 40% agricultura e 60% indústria/logística.

Em entrevista à "Vida Económica", Pedro Torres, diretor nacional de 'Agrobusiness', fala da importância de selecionar os trabalhadores por nacionalidades de origem em função do tipo de trabalho que vão desempenhar. Mas alerta para as situações ilegais e pede "atenção" e "responsabilização" aos empresários agrícolas. "Um trabalhador que foi mal tratado vai comentar" e o agricultor "fica com má fama e torna-se mais difícil contratar".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Como é que a Multitempo se especializou na contratação de mão de obra para o setor agrícola?

Pedro Torres – A especialização no agro começa a partir de 2004, muito antes de todas as empresas do setor, mesmo as multinacionais, começarem a olhar para esta área de negócio. Uma das parcerias foi na área do olival, com o grupo Sovena, que é nosso parceiro há 14 anos. Em 2006/2007 começámos as primeiras parcerias na área dos hortícolas e frutícolas na costa vicentina, com empresas como a Maravilha Farms e a Driscoll's. Depois esticámos as operações ao Alentejo interior em 2012, em 2013 ao Algarve e em 2015 ao Oeste. Neste momento cobrimos o país até à região Centro e temos intenção de rapidamente vir para Norte, até porque temos aqui [a entrevista decorreu em Guimarães] duas delegações mais ligadas à logística e à indústria (na Maia e na Trofa), também para ajudar os agricultores da região, que começaram em minifúndio e que expandiram as suas operações. E porque vemos a dificuldade que têm cada vez mais em ter pessoas e geri-las.

VE – A falta de mão de obra para trabalhar na agricultura é um problema e, no caso dos estrangeiros, há muita morosidade e burocracia associada à sua legalização. Como é que olha para esta situação?

PT – A maneira como os produtores acolhem as pessoas, o cumprimento estrito da parte contratual, remuneratória, dos trabalhadores é muito importante. Até 2010 assistia-se muito à contratação de mão de obra de Leste. De 2010/2011 para cá os asiáticos ganharam primazia.

VE – A que é que isso deveu?

PT – Tem a ver com fluxos migratórios e, no caso dos asiáticos, com a [falta] de condições que eles têm nos países de origem. Eu estive, em 2013, na Índia e no Nepal e tive uma reunião com o embaixador português na Índia para tentarmos fazer recrutamentos internacionais de pessoas com visto de trabalho, mas abandonámos a ideia, porque é muito complexo e não se consegue em tempo ter as pessoas disponíveis. E então optámos por quem cá está e já está disponível, cativando-as para as nossas operações, dando-lhes condições adicionais de garantia, de pagamento estritamente de acordo com a lei. Quando há a deslocação de um grupo do Alentejo para o Oeste ou do Oeste para o Algarve, tratámos de toda a logística de movimentação, desde a colocação para habitação em condições de higiene e segurança à deslocação da habitação para o trabalho e do trabalho para a habitação. É muito importante saber acolher as pessoas. E os trabalhadores que efetivamente são produtivos e gostam de trabalhar temos de os acolher.

VE – Na conferência "Vida Económica" / "AgroVida" em Guimarães dedicada aos pequenos frutos referiu que é importante selecionar os trabalhadores por nacionalidades de origem em função do tipo de trabalho que vão desempenhar. Porquê?

PT – É verdade. Já chegámos a essa

conclusão. Se falarmos do Nepal, por exemplo, os nepaleses têm uma destreza manual formidável. Para tudo o que seja colher framboesa ou apanhar mirtilo, para tarefas repetitivas, o Nepal é a nacionalidade primaz. Já para a colheita de melão, melancia ou abóbora, em que as pessoas têm de pegar em pesos de quatro/cinco quilos, aí já temos de considerar mais

o paquistanês ou alguns indianos ou, até, pessoas de nacionalidades do Norte de África. Se forem tarefas mais técnicas, consegue-se junto dos indianos e de determinadas castas, porque a Índia funciona assim. Se conseguirmos perceber

as castas a que pertencem, é bom, porque algumas só têm aquele tipo de habilitações e, na parte técnica, poderão ser uma mais-valia. Já tivemos pessoas [da Índia] em coordenação de técnica de equipas ou na coordenação de aplicação de fitofármacos. Temos de saber afinar o recrutamento.

VE – Afinar o recrutamento e ser ágil, não? Quando uma empresa de pequenos frutos, por exemplo, precisa de 50 ou 100 pessoas para uma determinada data, como agilizam isso em tempo útil?

PT – Dou-lhe o exemplo da Driscoll's. Nós fazemos a reunião com o parceiro deles que faz a gestão da produção em meados de janeiro/início de fevereiro para programar as admissões para dois meses à frente. Imagine, muitas vezes eles preveem que na semana 30 precisam de 60 pessoas e na semana 40 mais 20. Mas chega à semana 30, afinal não são 60 pessoas, mas são 80 ou apenas 30 e nós temos de ter essa capacidade de ajuste dos recursos às operações.

O que aqui nos permite um grande à-vontade é esta experiência de 12 anos da área agro e o facto – ainda ontem [31 de outubro] fiz a reunião trimestral e verifiquei – de termos 6553 pessoas colocadas a nível nacional em três setores. Destes, cerca de um terço são asiáticos. Alguns grupos estão fixados no terreno, mas grande parte são móveis, em função das necessidades das colheitas.

VE – Na conferência deixou um alerta sobre situações ilegais, dizendo que há empresas que cativam passaportes e vistos aos trabalhadores. É frequente acontecer?

PT – Infelizmente, sim. Existem muitas situações. O agricultor não pode pensar que vai pagar um valor/hora à empresa que lhe presta o serviço sem criar o resto das condições, condições que são principalmente o alojamento das pessoas que não estão localizadas naquela região, assim como a deslocação para a quinta/herdade e vice-versa. E estes valores – custo do alojamento e da deslocação – não podem ser em detrimento daquilo que a pessoa recebe. A pessoa que está a prestar esse serviço tem direito à retribuição base, aos proporcionais, mais subsídio de alimentação, mais as horas extra, etc. E a empresa não pode pagar isto no recibo e, a seguir, ir debitar ao trabalhador 150 euros de alojamento é 60 euros de transporte. Isto não é legal. E muitas vezes é a isto que se assiste. Portanto, pessoas que têm de ganhar 700 ou 800 euros líquidos/mês ganham 400 ou 500. E isto porque estão cativas desta situação e de empresas, algumas menos legais e sem alvará para operar.

VE – Que recomendação deixa aos produtores agrícolas?

PT – Acima de tudo, tem de haver envolvimento do produtor e uma consciencialização muito forte. Porque a lei hoje obriga e já corresponsabiliza em algumas áreas. Tem de haver uma grande atenção. Até porque as situações de más práticas passam para as comunidades [de trabalhadores estrangeiros] e um trabalhador que foi mal tratado vai comentar. E se, este ano, a colheita até pode correr bem para aquele produtor, no ano a seguir toda a gente vai comentar o que aconteceu, ele fica com má fama e torna-se mais difícil contratar. É preciso que tudo seja feito de forma séria e se verifique a legalidade de quem está a prestar o serviço e a contratar, até para não terem surpresas com a ACT [Autoridade para as Condições de Trabalho].



Pedro Torres, diretor nacional de 'Agrobusiness' da Multitempo.

Autoridade Europeia do Trabalho vai ser negociada com o Parlamento Europeu

O ano 2018 ficou marcado pela adoção, em março, pela Comissão Europeia (CE), de uma proposta de regulamento que institui uma Autoridade de Trabalho Europeu. A estrutura, que ainda precisa de ser negociada com o Parlamento Europeu, irá trabalhar com a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) de Portu-

gal e com todas as entidades congêneres de inspeção do trabalho a nível europeu.

Em dezembro, no último Conselho de Emprego de 2018, os ministros do Trabalho e da Segurança Social da UE assumiram o compromisso de pôr a funcionar esta estrutura, dizendo que querem que as condições de trabalho sejam mais fis-

calizadas e que a proteção social seja uma realidade para todas as formas de trabalho.

Atualmente, de acordo com a CE, 17 milhões de europeus vivem e trabalham num Estado-membro diferente daquele onde nasceram – quase o dobro em relação à década anterior – e, todos os dias,

1,7 milhões de europeus deslocam-se para outro Estado-membro para trabalhar. No último Conselho de Emprego foi também anunciada a realização, em Portugal, da quarta conferência da Europa e do Mediterrâneo dos ministros do Trabalho, que terá lugar em Cascais, a 2 e 3 de abril.